

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRIANO RICARDO FERREIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E MÉDIA NO RECIFE EM TEMPOS DE DITADURA
CIVIL-MILITAR: REFORMA EDUCACIONAL E CONTROLE POLÍTICO
(1968-1971)**

RECIFE
2018

ADRIANO RICARDO FERREIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E MÉDIA NO RECIFE EM TEMPOS DE DITADURA
CIVIL-MILITAR: REFORMA EDUCACIONAL E CONTROLE POLÍTICO
(1968-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo Aluno **Adriano Ricardo Ferreira da Silva** ao curso de Licenciatura Plena em História da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, para obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação do professor **Dr. Humberto da Silva Miranda**.

RECIFE

2018

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC

ADRIANO RICARDO

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E MÉDIA NO RECIFE EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-
MILITAR: REFORMA EDUCACIONAL E CONTROLE POLÍTICO (1968-1971)

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota _____ como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____ Nota: _____
Professor Dr. Humberto da Silva Miranda
Departamento de Educação - UFRPE

Membro: _____ Nota: _____
Professora. Dra. Juliana Alves de Andrade
Departamento de Educação - UFRPE

Membro: _____ Nota: _____
Professor Dr. José Almir do Nascimento
Escola de Conselhos de Pernambuco

Média das notas	
-----------------	--

Recife, _____, de _____ de 2018.

Dedico este trabalho à minha querida Stephany
Moura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nos dar forças para seguir em frente nos momentos mais desafiadores deste trabalho de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Humberto da Silva Miranda, pela confiança que depositou e tem depositado em nossa ideia de pesquisa. Nos momentos de dificuldades, nos mostrou os caminhos que dirimiram os entraves que nos possibilitou prosseguir neste projeto. Orientador com quem esperamos continuar enfrentando os desafios da pesquisa no campo da História da Educação e das Infâncias.

Agradeço aos professores e professoras do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, que ao longo desses quatro anos e meio de curso, nos ajudaram a compreender não apenas os conteúdos, as questões teóricas e metodológicas do campo da História, mas também a sensibilidade necessária ao exercício da função de um professor em sala de aula.

Ao professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva. Nosso primeiro orientador na academia e parceiro de pesquisas nos tempos de graduação do curso de Ciências Sociais da UFRPE.

Aos colegas da turma “2014.1”, do curso de História da UFRPE, em especial à minha amiga e companheira de todas as horas, Izabel Lira, a quem detenho grande carinho e admiração; ao companheiro Heliwelton Clemente, com quem dividimos inúmeras demandas nesse percurso.

Agradeço à minha família, por todo incentivo e força motivacional de todos que torcem por nossos sonhos e realizações.

Por fim, agradeço à minha amada Stephany Moura, pela paciência de sempre e, sobretudo, pela compreensão que fez entender nossos momentos de ausências. Nos dias mais desafiadores, nos fez acreditar que daria certo.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

(Marc Bloch)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a classe política local empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 enquanto projeto de Educação Primária e Média no Recife. Para isso, realizamos uma leitura do cenário em que foi implantada a Lei 5.692/71, que estabeleceu a Reforma de 1971 no Brasil. Posteriormente, verificamos, a partir da perspectiva política, como a Reforma de 1971 foi recebida no contexto local da cidade do Recife. Por fim, procuramos identificar, a partir dos discursos de posse dos chefes do poder executivo dos governos federal, do estado de Pernambuco e da cidade do Recife, como a classe política dirigente local dialogava com o poder central do Regime da Ditadura Civil-Militar, no contexto da implantação da Reforma de 1971. Esta Reforma foi um importante elemento, não só de materialização do projeto político do Estado, mas também como instrumento de controle do Regime sobre os estados federados e suas capitais por via da Educação. Neste sentido, questionamos: como a classe política local empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 enquanto projeto de Educação Primária e Média no Recife? Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa, documentos como: Diários Oficiais do governo do estado de Pernambuco, discursos de posse de chefes dos poderes executivos das três esferas administrativas, além de periódicos locais. Os resultados da pesquisa mostram que a Reforma de 1971 foi aprovada no cenário nacional sem qualquer resistência. Em Pernambuco, especialmente em sua capital, houve uma grande articulação entre a classe política local e o poder central do Regime. Isto proporcionou uma reformulação na estrutura, criando bases para uma “reforma” antes mesmo da criação da Lei que a estabelecia.

Palavras-chave: Reforma de 1971; Educação Primária e Média; Controle político.

ABSTRACT

This work aims to analyze how the local political class undertook the Reform of the 1st and 2nd Grades Education of 1971 as a Primary and Medium Education project in Recife. For this, we read the scenario in which Law 5.692 / 71, which established the 1971 Reform in Brazil, was implemented. Later, we verify, from the political perspective, how the Reformation of 1971 was received in the local context of the city of Recife. Finally, we sought to identify, from the inaugural speeches of the heads of executive power of the federal, Pernambuco, and Recife states, how the local political ruling class interacted with the central power of the Regime of the Civil-Military Dictatorship, in the context of the implementation of the 1971 Reform. This Reformation was an important element, not only of the materialization of the political project of the State, but also as an instrument of control of the Regime on the federal states and their capitals through Education. In this sense, we asked: how did the local political class undertake the 1st and 2nd Grade Reform of 1971 as a Primary and Middle Education Project in Recife? Methodologically, we developed a research of qualitative approach, using as research source, documents such as: Official Gazettes of the state government of Pernambuco, speeches held by heads of the executive branches of the three administrative spheres, as well as local periodicals. The survey results show that the 1971 Reform was adopted on the national scene without any resistance. In Pernambuco, especially in its capital, there was a great articulation between the local political class and the central power of the Regime. This provided a reformulation in the structure, creating bases for a "reformation" before the creation of the Law that established it.

Key words: Reform of 1971; Primary and Secondary Education; Political control.

LISTA DE SIGLAS

CEE - Conselho Estadual de Educação

DO/PE - Diário Oficial do Estado de Pernambuco

GOT - Ginásio Orientado Para o Trabalho

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEC - Ministério da Educação

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR: CENÁRIO POLÍTICO E CONTROLE SOBRE A EDUCAÇÃO.....	17
1.1 O Brasil e a Ditadura Civil-Militar: entre o controle e o utilitarismo.....	17
1.2 A Educação pública para crianças e adolescentes nos tempos da Ditadura: a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Grau (1971).....	20
1.3 O Recife nos tempos da Ditadura Civil-Militar.....	25
2. O CONTROLE POLÍTICO E A “REFORMA” ANTES DA REFORMA NO CENÁRIO DO RECIFE.....	30
2.1 A “reforma” antes da Reforma no cenário do Recife.....	31
2.2 Pelo estabelecimento dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT’s).....	37
3. A REFORMA DO ENSINO DE 1º E DE 2º GRAUS: ENTRE O DISCURSO POLÍTICO DO REGIME CIVIL-MILITAR E AS PRÁTICAS LOCAIS NO CENÁRIO DE PERNAMBUCO.....	41
3.1 O discurso do progresso e a Educação utilitarista proposta por Médici.....	42
3.2 O discurso local: o utilitarismo e a propaganda progressista.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar como a classe política do Recife empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 (Lei nº 5.692/71) enquanto projeto de Educação Primária e Média para a cidade. Esta reforma estabeleceu uma série de mudanças na estrutura educacional do Brasil e, conseqüentemente, nas estruturas das realidades locais, tendo como principal motivação a implantação do projeto político do Regime da Ditadura Civil-Militar por via da Educação Primária e Média.

No que se refere à delimitação do tema e ao recorte espacial e temporal deste estudo, procuramos partir um tema ainda geral para entrar no campo de análise mais específico. Neste sentido, partimos de um tema central que é a História da Educação Primária e Média na Ditadura Civil-Militar, tomando como recorte temático a História da Educação Primária e Média no Recife a partir da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971. Com isso, nosso recorte espacial é a cidade do Recife e o temporal é uma parte do período da Ditadura Civil-Militar (1968-1971).

Nosso objetivo é, com isso, analisar como a classe política local empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 enquanto projeto de Educação Primária e Média no Recife. Para tanto, perseguimos três objetivos específicos: a) Verificar em que cenário político a Lei nº 5.692/71, que estabelece a Reforma 1971, foi criada; b) Averiguar, a partir do discurso político, como a Reforma foi recebida no contexto local da cidade do Recife e c) Examinar como o projeto político local, tanto no âmbito da administração estadual, quanto da administração municipal, dialogava com o do governo Civil-Militar no contexto da Reforma de 1971.

A Educação nos primeiros anos do Regime da Ditadura Civil-Militar funcionou como um importante instrumento de repressão política e cultural e, principalmente, como meio de atender aos interesses progressistas das elites interessadas em mão de obra para alimentar a indústria capitalista “internacionalizada” que emergia. Segundo o pesquisador José Willington Germano (1990), um dos eixos centrais da política educacional do governo ditatorial neste contexto é a relação direta e imediata entre a Educação e a produção capitalista. A ideia desenvolvimentista na qual se pautava o governo demandava produção, consumo e mão de obra. “A educação, assim, é concebida como ‘uma indústria de prestação de serviços’. Sob esse enfoque, o homem é considerado como parte do

capital e, por tanto, convertido como recurso humano para o capital” (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994, p. 219).

Por outro lado, o governo buscou, através de algumas estratégias, legitimar suas políticas, que mais tarde se configurariam como elitistas e excludentes. O estigma do suposto milagre econômico, a propaganda e algumas concessões populares foram algumas dessas estratégias que, ao que parece, ajudaram a legitimar a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971. Neste sentido, Germano (1990) chama a atenção para o fato de que mesmo um regime autoritário e ditatorial necessita de um mínimo de consenso e legitimação. Com a fusão do Ensino Primário com o Ensino Ginásial, que formou o Ensino de 1º Grau, o Regime pôs fim ao antigo exame de admissão, possibilitando que o aluno que terminasse o Ensino Primário passasse direto para o Ensino Ginásial. Com isto, atendia a uma antiga reivindicação das classes populares.

Ao atender a algumas demandas sociais, o governo colocaria em prática suas estratégias de legitimação para sua política dita progressista e, ao mesmo tempo, autoritária. Segundo Noronha; Ribeiro; Xavier (1994, p. 249), o Regime buscava com isto “(...) administrar as desigualdades geradas no processo, proporcionando uma suposta igualdade de oportunidade no plano formal”. Ainda neste sentido, as autoras acrescentam que “ao mesmo tempo, produzia a legitimidade necessária na sociedade para continuar administrando tal projeto de forma arbitrária e autoritária” (p. 249). Com isto, o governo da Ditadura Civil-Militar pretendia estabelecer uma consciência coletiva que lhe assegurasse um mínimo de legitimidade em meio grandes doses de autoritarismo.

No campo político, o governo ditatorial escolheu, de acordo com seus interesses, os governantes dos estados e das suas respectivas capitais. Pernambuco não poderia ser exceção nesta política, visto que, por se tratar de um estado onde emergiram vários movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Cultura Popular (MCP), que trazia o método Paulo Freire e dos movimentos no campo, este foi um lugar de grande visibilidade por parte dos agentes políticos da Ditadura. Cabe ressaltar que, segundo Coelho (2004), Pernambuco foi o estado onde os vencidos sofreram a maior repressão durante o Regime.

Os municípios, bem como os estados, impulsionados pela força da Lei 5.692/71, se apressaram para se adequar às novas demandas educacionais do Governo Federal. Porém, a análise de documentos de anos anteriores à Reforma de 1971 indica que a Lei veio apenas para consolidar a manifesta intenção do governo em transformar a Escola em bancos de formação de mão de obra. Neste trabalho, trataremos estes fatos como uma

“reforma” antes da Reforma. Neste cenário, tanto o Governo do Estado de Pernambuco, quanto a Prefeitura do Recife, através dos governantes indicados pelo Regime Civil-Militar, sancionaram leis e emitiram decretos durante o período da Ditadura, objetivando manter a Educação na cidade em concordância com o que rezava o Governo Federal.

Isto evidencia a necessidade de um estudo que busque entender como essa lei foi recebida dentro de uma classe política local, que respondia às demandas específicas, mas que atendia aos interesses de um governo federal altamente centralizador, que buscava a todo custo estabelecer seu forte controle sobre os estados federados, bem como sobre suas capitais.

Neste sentido, a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 se configurou como um importante elemento, não só de materialização do seu projeto político, mas como instrumento de controle sobre os estados federados e suas capitais por via da Educação Primária e Média. Assim, a questão a qual nós indagamos foi: *como a classe política local empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 enquanto projeto de Educação Primária e Média no Recife?*

Para analisar essa questão, partimos da hipótese de que, no cenário político do Recife, tanto no âmbito da administração municipal, quanto no da administração estadual, as bases para a Reforma Educacional de 1971 começaram a ser montadas antes mesmo da Lei 5.692/71 ter sido criada, o que facilitou o seu processo de implantação sobre a Educação Primária e Média da cidade. O que pode ser tratado como uma reforma que antecedeu a Reforma de 1971.

Este trabalho se justifica, pois, ao analisar as políticas educacionais desse período enquanto instrumento expresso de aquisição de mão de obra, poderemos criar bases para entender como os problemas provenientes dessas políticas influenciaram a estrutura do sistema educacional e o trabalho docente nas escolas do Recife. Além disto, discutir como o Regime da Ditadura Civil-Militar busca se articular politicamente para exercer o seu controle sobre os estados federados e, especialmente, sobre suas capitais, pode evidenciar como a classe política de Pernambuco (tanto na esfera estadual, como também na municipal) favoreceu as pretensões desse Regime por via da Educação Primária e Média. Ademais, revolver a memória de um cenário onde as reformas educacionais objetivaram expressamente o recrutamento de mão de obra, em detrimento da consciência política, nos possibilita pensar mais criticamente as intencionalidades das reformas atuais.

Esta pesquisa se justifica ainda, pois, embora não seja difícil supor que a repressão e o controle do Estado Totalitário tenha se manifestado também no sistema educacional do Recife, ainda não há uma produção que tenha se debruçado sobre esse tema no mundo acadêmico. Ainda que seja possível encontrar trabalhos sobre a temática da história da Ditadura Civil-Militar no Recife, ainda há uma carência considerável quando se direciona o tema para a Educação, sobretudo se nos detivermos especificamente à Primária e Média (ou ao ensino de 1º e 2º graus, como passou a ser chamado a partir da Reforma de 1971).

Faz-se importante estudar a temática, uma vez que, com a implementação da Lei nº 5.692/71, estados e municípios se apressaram para se enquadrarem ao novo ordenamento. Neste sentido, estudar os impactos das referidas políticas dentro do contexto local da cidade do Recife permite produzir uma história que se dedique aos desdobramentos e impactos do Regime dentro de uma realidade específica.

Para a historiografia, ainda há pouca presença de historiadores que se dediquem à história da Educação, campo ainda muito mais explorado por pensadores das áreas da Pedagogia e da Sociologia. Embora o diálogo com estes campos do conhecimento seja bastante relevante para construção da própria história desse segmento, é de fundamental importância que a história da Educação (ou as diferentes histórias da Educação) possa ser escrita por historiadores, com os recursos teórico-metodológicos próprios do seu campo de conhecimento.

Ao iniciar essa discussão mais geral acerca do cenário nacional, que se refere às políticas educacionais do Governo da Ditadura Civil-Militar e de seu deslocamento para os interesses do capitalismo industrial, pretendemos criar bases para entender como essas políticas se materializaram no cenário local da cidade do Recife, que se destacou no período, como uma das capitais de maior resistência política e social e, mesmo por isso, sofreu forte intervenção em sua política.

Neste sentido, estudar os impactos trazidos pelas reformas educacionais voltadas à Educação Primária e Média no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, que recaiu sobre a estrutura educacional do Recife, nos permite revolver a memória de um contexto traumático para a nossa história, ao mesmo tempo em que possibilitará revelar novos significados para o evento histórico.

Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de análise documental, utilizando fontes como: o Diário Oficial do Estado de Pernambuco

(onde foram analisadas leis, decretos e atas de sessões da Câmara Legislativa Estadual); O discurso de posse do presidente da República Emílio Garrastazu Médici; do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite; e do prefeito da cidade do Recife, Augusto Lucena. Além dos documentos acima citados, utilizamos também periódicos locais do período (o Jornal do Commercio de Pernambuco e o Diário de Pernambuco).

Os Diários Oficiais do Estado de Pernambuco das décadas de 1960 e 1970, que nos deram acesso às legislações, atos do executivo, às atas das sessões da Câmara dos Deputados e aos discursos de posse do governador Eraldo Gueiros Leite (1971) e do prefeito do Recife, Augusto Lucena (1971), estão disponíveis no Acervo Digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). O discurso de posse do presidente da República, Emílio Garrastazu Médici (1969) está disponível no Acervo Digital da Biblioteca da Presidência da República. Dos periódicos locais estudados, o Jornal do Commercio de Pernambuco está disponível no Acervo do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano, enquanto o Diário de Pernambuco está disponível no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Estes documentos foram selecionados e analisados de acordo com a contribuição que cada um deles ofereceu a esta pesquisa. Além disso, estes documentos foram cruzados com as leituras bibliográficas, que ofereceram recursos teóricos para analisar o discurso político do período, bem como dos meios de comunicação não oficiais (periódicos), que carregam a especificidade de circularem em um momento de forte repressão política. Além destes referenciais, também foram utilizados outros teóricos que já se debruçaram sobre o debate referente ao estudo da Educação e do cenário político da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964.

Após essa introdução, que norteia este trabalho de pesquisa, estruturamos a próxima etapa do trabalho dividindo-o em três capítulos. No primeiro capítulo, debatemos o cenário político em que foi criada a Lei 5.692/71, que estabelece a Reforma Educacional do Ensino de 1º e de 2º Graus no Brasil, buscando compreender como a Educação, em especial a Primária e Média, estava no centro do projeto político e econômico de um governo que transcorria sobre as égides de um Estado Autoritário. Para tanto, faremos uma leitura de cenário da Educação Primária e Média no período, que trafegou entre o controle político e o utilitarismo econômico; traremos uma análise sobre a Reforma de 1971 e, por fim, apresentaremos a cidade do Recife no contexto da Reforma.

No segundo capítulo, discutimos, a partir do discurso político, como a Reforma de 1971 foi recebida no contexto local da cidade do Recife, em um cenário onde o Regime da Ditadura Civil-Militar buscava se articular politicamente para fortalecer o controle do centro administrativo sobre o conjunto dos estados federados e, especialmente, sobre suas capitais. Neste sentido, procuramos mostrar que, no que se refere à Educação Primária e Média, o poder central do Regime procurou atuar sobre os estados antes mesmo da sua efetivação, o que sustenta a ideia de uma “reforma” antes da Reforma.

No terceiro capítulo, procuramos examinar como o projeto político local, tanto no âmbito da administração estadual, quanto da administração municipal, dialogava com o do governo Civil-Militar no contexto da Reforma de 1971. Neste sentido, procuramos identificar, a partir dos discursos de posse do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, e do prefeito da cidade do Recife, Augusto Lucena, como estes governantes dialogavam com o poder central, no contexto da implantação da Reforma. Para tanto analisamos também discursos do presidente Médici.

Por fim, descrevemos os caminhos traçados para se chegar aos objetivos do trabalho. Apontaremos se a hipótese lançada inicialmente foi confirmada, ou não, e quais as conclusões alcançadas ao término da pesquisa. Além disso, indicaremos as lacunas deixadas neste estudo, que demandarão pesquisas posteriores que elucidarão melhor algumas questões referentes ao tema da História da Educação Primária e Média, bem como a da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 em seu contexto local.

CAPÍTULO I

EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR: CENÁRIO POLÍTICO E CONTROLE SOBRE A EDUCAÇÃO

1.1 O Brasil e a Ditadura Civil-Militar: entre o controle e o utilitarismo

A Educação Primária e Média no período da Ditadura Civil-Militar se configurou como campo estratégico ao projeto político do Regime, projeto este que trafegava entre o controle sócio-político e o utilitarismo econômico. Seguindo o conceito de Marília Fonseca (2009), o utilitarismo econômico consiste em um programa de governo que se volta para a “preparação dos indivíduos como meros produtores e consumidores no mercado” (p. 153). Mesmo por isso, pretendemos discutir as políticas educacionais do período não apenas enquanto importante instrumento de repressão política e cultural, mas também, enquanto estratégia para o projeto de industrialização empreendido pelo governo. Neste sentido, procuramos com este estudo, criar bases para entender como os problemas sociais provenientes das reformas de ensino que visavam atender a essas demandas influenciaram negativamente na estrutura educacional do período.

Os momentos de fortes tensões políticas e de conflitos sociais das décadas de 1950 e 1960, que culminaram no golpe civil-militar de 1964, eram, na verdade, resultados de conflitos políticos bem mais anteriores. Se por um lado, setores conservadores se empenhavam na internacionalização da economia, tencionando uma política econômica dita progressista, baseada na abertura ao capital internacional, por outro lado, os setores de resistência nacionalista e das massas populares reivindicavam maior participação e melhores condições sociais, onde podemos citar como exemplo, as greves que ocorriam nas cidades e as lutas por direitos no campo.

Segundo Noronha; Ribeiro; Xavier (1994), o estopim do rompimento do já fragilizado equilíbrio entre política industrial de base e os anseios por melhores condições das massas trabalhadoras, foi a contradição trazida pela política de internacionalização da economia. Este cenário acirrou a polarização “esquerda”/“direita” e, em 1964, as elites

optantes pelo controle estrangeiro ajudaram a promover o golpe que deu início à Ditadura Civil-Militar.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, embora bastante propagada nos momentos que antecederam ao golpe de 1964, a política de internacionalização da economia não foi propriamente uma constante durante o Regime. Para Reis Filho (2014), nos anos do Regime, o Brasil oscilou entre o liberal-internacionalismo, especialmente com Castello Branco, e o nacional-estatismo, principalmente com Costa e Silva e Garrastazu Médici. Para o autor, com estes últimos “o Estado voltava a incentivar, regular, financiar e proteger, intervindo ativamente nos mais variados setores econômicos” (REIS FILHO, 2014, p. 80). Neste sentido, a política dita progressista de industrialização do governo Civil-Militar iniciado em 1964, em sua maior parte, também foi fortemente conduzida pelo poder centralizador do Estado.

Enquanto instrumento da repressão e da política progressista, a Educação brasileira sentiu fortemente os reflexos da Ditadura. O Governo, logo de imediato, buscou desarticular as representações estudantis, onde podemos citar apenas como alguns exemplos, a extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1967 e, posteriormente, a intensificação do controle dos grêmios nas escolas de grau médio. “(...) a intenção explícita da Ditadura em ‘educar’ politicamente a juventude revelou-se no decreto-lei baixado pela junta militar em 1969, que tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica (...)” (ARANHA, 2006, p. 314). Tal medida dizia respeito a todas as modalidades de ensino. A repressão e o controle político-social se davam tanto nas escolas, quanto nas universidades.

Com a crescente subtração dos princípios humanistas da Educação, que segundo Fonseca (2009), privilegiaria o exercício da cidadania e emancipação dos sujeitos, há, neste momento, o aumento substancial da visão utilitarista de Educação. Segundo a autora:

No início da década de 1970, o sistema educacional ajustou-se à estrutura da reforma administrativa e ao modelo de crescimento implementado no país. Os Planos educacionais foram incorporados aos programas estratégicos dos governos militares, sendo elaborados segundo o enfoque da Administração por Objetivos (FONSECA, 2009, p. 160).

Como reflexo das políticas progressistas, a perspectiva tecnicista foi implantada no Brasil. Este modelo, em regras gerais, tinha por objetivo adequar a Educação aos interesses industriais e tecnológicos, sobretudo no fornecimento sistemático de mão de obra para esse setor e, naturalmente, não apresentava nenhum interesse expresso em formar jovens críticos e aptos ao exercício da cidadania. Segundo Germano (1990), um dos eixos centrais da política educacional do governo ditatorial neste contexto é a relação direta e imediata entre a Educação e a produção capitalista. Isso vai se manifestar nas reformas educacionais dos primeiros anos do regime, sobretudo na Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971.

A Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus, estabelecida pela Lei nº 5.692/71, terá posteriormente, neste capítulo, uma maior atenção, visto que, seus efeitos implicaram em fortes consequências para a Educação Primária e Média e, evidentemente, para os estudantes brasileiros, pois os impactos se davam tanto para aqueles que estavam inseridos na escola formal, quanto, logicamente, para a grande parcela que ainda se encontrava excluída.

Vale ressaltar que o país neste cenário apresenta um acentuado quadro de analfabetismo, exclusão e desigualdade social, além de pressões populares que, embora abafadas pela repressão, escapavam à sociedade civil, mesmo que nem sempre impunes. Por outro lado, o programa desenvolvimentista do governo exigia um contingente de produção (mão de obra) e consumo. A Educação é então percebida como uma indústria de prestação de serviços. “O objetivo da Educação seria, pois, formar o produtor, o consumidor e a mão de obra requerida pela indústria moderna (...)” (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994, p. 219).

Diante disso, ao mesmo tempo em que articulava as bases para uma política educacional subordinada aos interesses do capital, o governo buscou atender, mesmo que minimamente, algumas reivindicações populares (ou pelo menos se fez acreditar), visto que, como afirma Germano (1990), ainda que autoritário, o Regime Civil-Militar prescindia de um mínimo de consenso e legitimação popular. Neste sentido, conforme aponta Cláudio Pinheiro (2006), o fim do exame de admissão, previsto pela Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, que possibilitava ao aluno que terminasse o então Ensino Primário passasse direto para o Ensino Ginásial, atendia a uma reivindicação histórica das classes menos favorecidas. O governo tencionava então: “(...) criar supostas

condições de igualdade para a grande massa num momento de extrema desigualdade e repressão e, ao mesmo tempo, garantir a legitimidade das ações do Estado” (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994, p. 250).

Nesse cenário, se por um lado, os estudantes da Educação Primária e Média (as crianças e adolescentes inseridos nesse plano formal) sofriam com a precarização das escolas resultantes do projeto desastroso do ensino profissionalizante previsto na Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus, por outro lado, a parcela da infância excluída desse processo (ou que se encontrava em qualquer situação de vulnerabilidade), convivía com políticas assistencialistas e higienistas (que nada têm a ver com direitos). Neste sentido, tanto as políticas de profissionalização empreendidas pela Reforma de 1971, quanto as políticas assistencialistas, não colaboravam verdadeiramente para a formação efetivamente cidadã destes sujeitos.

Em um cenário de Educação meramente utilitarista, a ideia de voltar a Educação Primária e Média quase que exclusivamente para o trabalho, sobretudo industrial, se configurou como um grande retrocesso promovido pelo Governo da Ditadura Civil-Militar aos direitos dos estudantes do período. Vale ressaltar também que a Constituição Federal de 1967 já estimulava a ocorrência de crianças e adolescentes no mundo do trabalho à medida que reduzia legalmente a idade mínima ao trabalho para 12 anos.

O Estado não tinha como princípio, com sua política assistencialista, proteger as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas sim de proteger a sociedade destes sujeitos excluídos. Neste sentido, na concepção do Governo Civil-Militar, o trabalho seria a saída principal para combater a marginalidade (ao mesmo tempo em que gerava mão de obra barata para atender ao setor industrial). No entanto, como se já não bastasse o ensino básico desprovido de qualquer visão humanista, que favorecesse a consciência cidadã, essa medida acabou favorecendo a evasão escolar por parte de significativa parcela dos adolescentes trabalhadores.

1.2 A Educação pública para crianças e adolescentes nos tempos da Ditadura: a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus (1971)

O cenário político brasileiro, nos primeiros anos da década de 1970, apresentava duas variáveis que gerava sentimentos opostos na população. Se por um lado, se

intensificara a repressão com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado em 1968 pelo então presidente Costa e Silva, e com a política altamente repressora do governante seguinte, Emílio Garrastazu Médici. Por outro lado, o clima de euforia causado pelo aparente “milagre econômico” proporcionava certa legitimação por parte da sociedade diante do Regime. Neste contexto, segundo Germano (1990, p. 230), “(...) a lei 5692/71 foi recebida entusiasmamente pelos educadores”. O fim do entusiasmo chegaria juntamente com a precarização que a Reforma traria consigo.

Até a década de 1960, o Sistema de Ensino Brasileiro era dividido basicamente em Educação de Grau Primário; Educação de Grau Médio e Educação de Grau Superior. Conforme a Lei 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961), o Grau Primário era dividido em “Educação Pré-primária” (3 anos de duração/de 4 a 6 anos de idade) e “Ensino Primário” (4 anos de duração/de 7 a 10 anos); o Grau Médio consistia em “Ginasial” (4 anos de duração/de 11 a 14 anos) e “Colegial” (3 anos de duração/de 15 a 17 anos). E, por fim, o Grau Superior (duração variada/ após os 18 anos).

A tabela a seguir possibilita compreender como era dividida a estrutura da Educação pública para crianças e adolescentes no período da Ditadura Civil-Militar, antes da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971:

Tabela 01: Estrutura da Educação brasileira no período da Ditadura Civil-Militar: Antes da Reforma de 1971

Estrutura da Educação brasileira no período da Ditadura Civil-Militar: Antes da Reforma de 1971			
	Nível	Duração	Faixa etária
Grau Primário	Educação pré-primária	3 anos	de 4 a 6 anos
	Ensino primário	4 anos	de 7 a 10 anos
Grau Médio	Ginasial	4 anos	de 11 a 14 anos
	Colegial	3 anos	de 15 a 17 anos
Grau Superior	Superior	Variada	Após 18 anos

Fonte: Lei 4.024/1961 (LDB de 1961)

Uma das principais reivindicações das classes populares em relação à LDB de 1961 era, como já colocamos anteriormente, o fim do exame de admissão, que exigia que a criança que terminasse o Ensino Primário fosse aprovado em uma seleção para que fosse aceita no antigo Ginásial. Tal forma de acesso era extremamente excludente e seletiva.

Neste sentido, o fim do exame de admissão e a ampliação da obrigatoriedade mínima de quatro para oito anos foram alguns dos elementos que a propaganda do Estado utilizou para ajudar a legitimar a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971.

Como já colocamos inicialmente, a passagem da década de 1960 para a de 1970 foi marcada pelo grande aumento da institucionalização da repressão política. Isto não significa dizer que os movimentos sociais não oferecessem resistência ao processo. Pois, “a sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira” (REIS FILHO, 2014, p. 8). No entanto, o que talvez estes movimentos tenham deixado de perceber, foi o lugar estratégico que a Educação ocupava nos planos do Regime. Neste sentido, Germano (1990) chama a atenção para o fato de que além do temor pela repressão, do clima de euforia pelo aparente “milagre econômico”, da propaganda executada pelo governo, a Lei de 1971 foi aprovada em um contexto em que os movimentos sociais contrários à Ditadura Civil-Militar, de certa forma, negligenciavam as questões ligadas à Educação e a cultura.

O fato é que a Reforma de 1971 foi aprovada quase que sem qualquer resistência. A respeito disso, Suzeley Kalil Mathias comparou o tempo de maturação política e social para a aprovação da LDB de 1961 com o tempo necessário à aprovação da Reforma educacional de 1971. Ela destaca que “(...) enquanto a Lei 4.024/61 [LDB de 1961] levou dezesseis anos para ser elaborada, a 5.692/71 ficou pronta em menos de sessenta dias” (MATHIAS, 2004, p.158). Para que a Reforma de 1971 ocorresse de forma tão rápida, o Regime utilizou de uma estratégia a qual discutiremos mais adiante, que foi a “reforma” antes da Reforma, que consiste na articulação prévia do Regime Civil-Militar com os estados no sentido de preparar todas as unidades da Federação para a efetivação da Reforma de 1971.

No que se refere à organização do sistema de ensino, a Reforma de 1971 uniu o antigo Ensino Primário com o Ensino Ginásial, eliminando o exame de admissão, formado o 1º Grau (obrigatório) e transformou o antigo Ensino Colegial em 2º Grau (compulsoriamente profissionalizante). De acordo com a Lei nº 5.692/71, o 1º Grau passaria de quatro para oito anos de duração (obrigatório aos alunos de 7 aos 14 anos), enquanto o 2º Grau teria a duração de três anos (dos 15 aos 17 anos). Este segmento da Educação, nos termos da nova lei, contava ainda com a Pré-escola a partir dos 4 anos de idade.

Em meio à prerrogativa do “milagre econômico”, o Governo tinha plena consciência da necessidade de ampliação da escolarização brasileira. Com a extensão da escolaridade mínima obrigatória de quatro para oito anos, trazida pela Reforma de 1971, o Estado Ditatorial buscava minimizar as desigualdades gerada pela política progressista empregada desde 1964, tencionando também conseguir legitimação popular para o andamento do seu projeto de governo, mas, sobretudo assegurar, através da profissionalização obrigatória no 2º grau, a formação de mão de obra ao processo de produção capitalista industrial que emergia. A este respeito, podemos observar na fala de Noronha; Ribeiro; Xavier (1994, p. 249) como o Governo da Ditadura Civil-Militar apostava na formação prioritariamente para o trabalho:

Podemos dizer que o ‘ensino profissionalizante’ foi o projeto mais audacioso que a política educacional da ditadura brasileira empreendeu. Era o ‘milagre’ acontecendo também no campo educacional. A lei nº 5.692/71 que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus acabou por expressar as estratégias em prol de uma ideologia desenvolvimentista com acento privatizante na educação e compulsoriamente profissionalizante.

Diante da ampliação das vagas e da não estruturação e acompanhamento dos recursos para uma Educação de qualidade, os efeitos desastrosos da Reforma começam a ser sentidos logo nos primeiros anos.

A ampliação das vagas deu-se pela redução da jornada escolar, pelo aumento do número de turno, pela multiplicação de classes multisseriadas e unidocente, pelo achatamento dos salários dos professores e pela absorção de professores leigos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p 165).

Nesse cenário, o resultado da profissionalização compulsória prevista pela Reforma de 1971 apresenta intencionalidade perversa aos estudantes brasileiros menos favorecidos no que se refere a qualquer pretensão de ascensão social, ao passo que, em termos práticos, o fim do ensino propedêutico nas escolas oficiais tinha como objetivo, limitar o acesso ao ensino superior, enquanto que as instituições privadas (em grande parte financiada com recursos públicos) não se limitavam ao profissionalizante, como se pode observar:

(...) as escolas particulares, sobretudo as destinadas à formação da elite, não se submeteram à letra da lei, mas apresentavam um ‘programa oficial’ que atendia apenas formalmente as exigências legais. Na realidade, o trabalho efetivo em sala de aula continuava voltado para a formação geral e preparação do vestibular (ARANHA, 2006, p. 320).

Nesse sentido, a suposta ampliação das oportunidades de escolarização traz em suas entrelinhas um forte efeito de seletividade e exclusão, uma vez que reduz substancialmente as possibilidades de continuidade dos estudos, sobretudo, em relação ao nível superior. Segundo Otaíza Romanelli (1986, p. 235),

a profissionalização do nível médio, portanto, era vista como uma exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes, e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos.

No entanto, se por um lado, a Reforma trouxera uma grande precarização para a Educação e o ensino nos ciclos básicos, além de estabelecer critérios excludentes de reprodução social, por outro lado, a política de apropriação da Educação Primária e Média, por parte da Ditadura Civil-Militar para a profissionalização obrigatória, se configurou como um grande fracasso às suas pretensões, visto que, o Estado não conseguiu efetivar o projeto de profissionalização do 2º Grau, o que fez com que o Governo Federal revogasse, em 1982, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Tais fatores atestam as falhas da Reforma de 1971.

Embora que com a ampliação das vagas na rede pública, significativa parcela das camadas populares tenha tido acesso à escolarização, esta era de péssima qualidade, com condições precárias e sem políticas que favorecesse a manutenção das crianças e adolescentes nas escolas. Como resultado, a evasão escolar e a repetência permaneceram em altas taxas.

No que tange à profissionalização compulsória no 2º grau, esta representou em um grande prejuízo para a Educação brasileira, se configurando como um grande fracasso. Germano (1990) destaca alguns fatores que podem explicar por que a profissionalização foi um grande desastre: a proposta de profissionalização encarecia a Escola, no entanto, o Estado não investiu o suficiente para o custeio e manutenção do novo 2º grau, com isso, as escolas oficiais de 2º grau se sucatearam; a profissionalização obrigatória de caráter terminal representava um modelo ultrapassado para o contexto da década de 1970, onde cada vez mais se exigia qualificação do trabalhador e formação continuada.

Ainda segundo Germano (1990), houve grande discrepância entre a tecnologia vivenciada nas escolas e a exigida no mercado industrial; não houve significativa redução da resistência aos que tencionavam ingressar no terceiro grau; e a Escola

profissionalizante não foi implantada na maioria das escolas públicas, sobretudo, nas municipais e estaduais, devido à falta de recurso, ao passo que, por questão de conveniência, também não foi implantada na maior parte da rede privada, especialmente aquelas destinadas às classes médias e altas.

Como podemos observar, vários foram os motivos pelos quais se pode dizer que o projeto de profissionalização trazido pela Reforma de 1971 foi um grande fracasso, sobretudo para o 2º grau. As tentativas de implantação do ensino profissionalizante “(...) tiveram como consequência mais perversa a desorganização do ensino público, de caráter geral nas escolas públicas de 2º grau, bem como a desestruturação curricular” (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994, p. 249). Neste sentido, diante de tantos problemas, o próprio MEC foi flexibilizando a tal obrigatoriedade da profissionalização, até que finalmente a Lei 7.044/82 revogou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau brasileiro.

1.3 O Recife nos tempos da Ditadura Civil-Militar

Para estudarmos como a Reforma de 1971 foi recebida em empreendida pela classe política dirigente da cidade do Recife, em seu âmbito estadual e municipal, convém fazer uma breve leitura do cenário da capital pernambucana no contexto da Ditadura Civil-Militar. Neste sentido, podemos perceber em que circunstâncias políticas e sociais a Reforma foi implantada e como ela foi utilizada como forma de materialização das articulações e do controle político do Regime sobre a classe política dirigente local.

O Recife, nos tempos da Ditadura Civil-Militar, carrega em sua história e memória a resistência de uma das capitais que mais lutaram contra o Regime instalado com golpe de 1964. Diante de um cenário emblemático de resistência por parte dos diferentes segmentos que enfrentara o Governo Ditatorial, viu-se também um dos maiores aparatos repressivos de todo Regime. Paralelamente aos movimentos nas áreas rurais (em muitos casos articuladamente), os movimentos na cidade incomodavam os agentes da Ditadura. Ainda nos primeiros anos do Regime, o Governo já percebia que o cenário político na capital do estado de Pernambuco não era interessante aos seus projetos políticos. No cenário do golpe civil-militar, diferentes grupos sociais já reivindicavam mudanças em diferentes setores, tanto na capital, quanto no estado de Pernambuco de forma geral.

A cidade do Recife estava no centro de um estado onde a consciência reivindicatória se fazia notar pela diversidade dos movimentos e pela expressividade de suas lideranças. O pesquisador José Ferreira Júnior explica que:

Fatores relevantes, existentes no cenário político local, contribuíram para que o Estado de Pernambuco fosse um dos que sofreram intensa repressão, com o advento do golpe militar de 1964, principalmente contra os grupos que pregavam mudanças conjunturais e estruturais para vários setores da vida social e política dessa unidade da Federação (JÚNIOR, 2008, p. 66).

Nesse contexto, o prefeito do Recife, Pelópidas da Silveira, foi deposto logo após o golpe de 1964. Além disto, convém ressaltar que, o governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, também havia sido afastado. A cidade teve seis prefeitos nomeados conforme os interesses do Regime e várias pessoas perseguidas, presas ou exiladas. Neste sentido, Fernando Coelho (2004, p. 37-38-39) vai ainda mais além do que José Ferreira Júnior. Para ele, “a repressão contra os vencidos, todavia, foi muito mais violenta e generalizada do que em qualquer outro estado. Sem paralelo nem mesmo durante a ditadura Vargas”.

Iniciamos a nossa leitura do cenário do início da Ditadura Civil-Militar no Recife a partir da ótica da repressão, pois não poderíamos nos furtar desse debate, visto que se trata de um fato de implicações determinantes para análise histórica do período. No entanto, pretendemos recorrer à perspectiva de abordagem do historiador Daniel Aarão Reis Filho, que concebe o Regime como um evento que vai além da perspectiva maniqueísta que contrapõe os agentes repressores e os agentes que lutavam pelo restabelecimento da democracia. Para este historiador, “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas” (REIS FILHO, 2014, p. 128).

Neste sentido, tal como na maior parte do Brasil, o cenário político e social do Recife neste momento, também se encontra envolvido em um complexo arranjo de interesses. É importante perceber que a própria repressão era institucionalizada e articulada politicamente entre os agentes da Ditadura Civil-Militar e as classes políticas locais.

Ainda nesse sentido, partir de uma análise maniqueísta é negar a própria complexidade dos movimentos sociais de resistência do período, que para além dos

anseios por uma sociedade mais democrática, lutavam também por melhores condições de vida. A historiadora Elaine de Lima Freire estudou, no contexto da Ditadura Civil-Militar, os movimentos sociais de bairros de Casa Amarela, localizado na periferia do Recife. Ela entende esses movimentos enquanto alternativa, de certa forma autônoma, de reivindicar condições sociais mais dignas, ou seja, a resistência dessas organizações, ainda que afrontassem o Regime, assumia forma bem mais específicas. Segundo ela:

Neste contexto, o não atendimento das necessidades sociais elementares da população agravou os problemas sociais. Conseqüentemente, a população afetada, sem a tutela dos partidos e sindicatos, conseguiu se reorganizar, colocando em cena os novos movimentos sociais. O movimento de bairro aparece neste momento, como uma alternativa viável para as populações de baixa renda, afetadas pela escassez dos serviços urbanos básicos. Estas populações vêem neste movimento uma maneira possível para se organizarem a fim de pressionarem os poderes públicos no sentido de aumentar a parcela dos investimentos e gastos públicos nestes serviços (FREIRE, 2005, p. 2).

Como já colocamos anteriormente, o projeto político e econômico que o Regime Civil-Militar buscava empreender, aumentou ainda mais as desigualdades sociais no Brasil à medida que negligenciou demandas sócias básicas nas vidas das pessoas que ocupavam as classes mais populares. A própria Freire (2015, p. 6) acrescenta que no Recife, “sem canais efetivos de participação, uma vez que eles foram fechados pelo regime militar, os efeitos econômicos, sociais e políticos do tipo de desenvolvimento econômico posto em prática no Brasil recaíram sobre a população pobre”.

Com o cerco estabelecido contra partidos políticos e sindicatos, uma ala da Igreja Católica do Recife, a chamada Progressista, se configurou como aliada dos movimentos sociais nos tempos da Ditadura, especialmente na figura de Dom Hélder Câmara, religioso que era adepto da Teologia da Libertação. Enquanto Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder “(...) estabeleceu uma clara resistência ao regime militar. Tornou-se líder contra o autoritarismo e pelos direitos humanos. Não hesitou em utilizar todos os meios de comunicação para denunciar a injustiça” (SILVA FILHO, 2010, p. 6). Ainda neste sentido, o papel militante que exercera o segmento progressista da Igreja Católica chamou a atenção das lideranças políticas que foram, pelo menos oficialmente, afastadas do cenário político recifense pela Ditadura. Isto pode ser evidenciado na fala da Freire:

O empenho da Igreja Progressista de Recife, em defender os oprimidos em face da Ditadura militar, chamou a atenção de lideranças partidárias que não concordavam com o regime militar. Estas lideranças, desarticuladas de seus vínculos partidários pelo regime militar, encontraram na Igreja Católica

Progressista a proteção necessária para organizar o movimento de resistência ao regime. Sob a proteção do Arcebispo, estas lideranças na clandestinidade, astuciosamente burlaram o sistema de vigilância do governo militar, apoiando a reorganização dos movimentos populares (2015, p. 7).

Se por um lado, as lideranças políticas tentavam encontrar uma forma de “burlar” o silenciamento imposto arbitrariamente a partir da materialização do regime civil-militar no Recife, encontrando nos movimentos liderados pelos religiosos progressistas uma forma obter voz junto aos opositores. Por outro lado, a classe política dirigente que assumira o comando administrativo da cidade (em âmbito estadual e municipal), abusava do discurso e das articulações para empreender o seu projeto político. Estas articulações, para além da coerção explícita, se configuram, em nosso entendimento, como a principal estratégia que o Regime encontrou para exercer o seu controle do sobre os estados federados e suas respectivas capitais.

O Recife no cenário onde a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, que nos deteremos mais detalhadamente adiante neste trabalho, apresentava um arranjo político que articulava as três esferas da administração pública, e contava com o apoio da imprensa impressa de grande circulação na cidade, que ajudava no processo de legitimação do Regime por via do discurso e da propaganda. Em 04 de abril de 1971, o periódico *Diário de Pernambuco* anunciava, com tons de entusiasmo, a posse do prefeito Augusto Lucena, escolhido pelo então governador Eraldo Gueiros Leite. Em seu título, quase como uma convocatória, o Diário trazia: “Comércio fechado e carnaval na posse de Lucena”¹.

Empossado sem a prerrogativa do voto popular, o prefeito do Recife, Augusto Lucena agradece a indicação do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite e enaltece o regime civil-militar, o qual coloca como fruto de uma “Revolução Democrática”, como podemos observar em seu discurso de posse:

Ao aceitar o convite do Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, fi-lo com inteira confiança do seu integral apoio e dentro das suas sadias diretrizes de governo, que são as próprias inspirações ditadas pela Revolução Democrática de março de 1964².

¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Comércio fechado e carnaval na posse de Lucena. Recife, 04 de abril de 1971. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

² Discurso de posse do prefeito Augusto Lucena. Proferido em 05 de abril de 1971. In: PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 6 de abril de 1971.

A respeito dessa análise que envolve a participação da classe política dirigente atuante no Recife que, como aponta Reis Filho (2014), deve ser observado a partir da lógica de arranjos diversificados e complexos da articulação política, começaremos a tratar de forma mais específica nos próximos dois capítulos deste trabalho, onde discutiremos como essas articulações foram intensas no contexto de implementação da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 no cenário da cidade do Recife, e como o governo centralizador do Regime se utilizou dessas articulações para exercer o seu controle sobre a política da cidade.

CAPÍTULO II

O CONTROLE POLÍTICO E A “REFORMA” ANTES DA REFORMA NO CENÁRIO DO RECIFE

Com o golpe civil-militar de 1964 e a gradativa instalação do Regime, o governo buscou estabelecer a todo custo o seu controle administrativo sobre os estados federados e, sobretudo, sobre as capitais. Neste sentido, a Educação foi uma das principais estratégias não só de materialização do projeto político dito progressista do Regime, mas de um forte instrumento desse controle. Segundo Mathias (2004), por se tratar de um veículo difusor de ideias e, portanto, de formação de consciência, a Educação sempre foi uma das principais preocupações do Regime.

Não estamos com isso afirmando que assim não tenha sido em outros tipos de governo, mesmo nos democráticos, mas que há uma evidente intensificação do uso do sistema educacional (ou dos vários sistemas educacionais) enquanto meio de formação de consciência coletiva e de legitimação da estrutura política quando nos referimos ao Governo da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964. Neste sentido, essa formação de consciência atenderia a duas demandas do Regime, o controle político e social e o utilitarismo econômico. Isto justifica o lugar estratégico que ocupa a Educação no período, pois, segundo Michel Foucault (1987), é através da escola que o Estado consegue estabelecer a disciplina e esta tem a finalidade de criar uma relação de docilidade e utilidade. E esta relação é a consciência que o Regime buscou criar, enquanto estratégia de legitimação ao governo ditatorial.

Como já colocamos anteriormente, os agentes da Ditadura Civil-Militar escolheram criteriosamente cada representante do Regime para ocupar os governos estaduais e suas respectivas capitais. Evidentemente que o estado de Pernambuco e sua capital, Recife, não fugiram dessa política. A capital pernambucana sempre foi um local de grande interesse por parte do Regime, uma vez que, este foi uma cidade onde emergiram vários movimentos sociais, que não se restringia à cidade, mas que também se estendia pelo campo. Mesmo por isso, como aponta Coelho (2004), ainda no amanhecer do golpe de 30

de março de 1964, centenas de líderes sindicais e representantes das ligas camponesas foram presos em operações articuladas no Recife.

No entanto, como já ressaltamos no decorrer deste trabalho, o controle político e social e o utilitarismo econômico, que são a tônica do Governo da Ditadura Civil-Militar, não foram questões que o Regime procurou estabelecer necessariamente pela força, mas também pela disciplina e a consequente formação da consciência na sociedade de que o projeto do Estado era o melhor para a sociedade, mesmo para aqueles que mais seriam prejudicados por ele. Diante do complexo arranjo articulado de fatores apontado por Reis Filho (2014) como necessário para se compreender a dinâmica do Regime, certamente a Educação, enquanto elemento disciplinador e utilitário ocupa, em nosso entendimento, um lugar de destaque.

Neste sentido, materializar a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 era tarefa urgente para o Regime, pois este novo projeto de Educação deveria acelerar o processo que Foucault chamou “mecânica do poder”. “Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1987, p. 164).

Para estabelecer o controle sobre os estados federados, sobretudo sobre as capitais, o governo central procurou a todo custo alinhar o discurso dos estados e de suas capitais ao seu. Uma das formas utilizadas foi a articulação constante com as classes políticas locais. Neste sentido, o discurso da moralidade, do controle social e do crescimento econômico deveria ecoar do centro administrativo do Regime para os estados federados, ou seja, da administração federal para os governos locais. Com isso, tal como alerta Foucault (1996), há uma força institucional que se articula em torno do discurso afim torná-lo verdadeiro e, conseqüentemente, separar, rejeitar o contrário. Essa articulação empreendida pelo Regime ficou bastante evidente no início da década de 1970, em nosso caso particular, na forma como o Governo Federal conduziu a materialização da Reforma Educacional de 1971 nos estados e, especialmente, em suas capitais.

2.1 A “reforma” antes da Reforma no cenário do Recife

Para analisar como o Regime se articulou com a classe política de Pernambuco, não apenas para preparar as bases para a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, mas também para sua materialização, estudamos o discurso do governo local a partir das

publicações do Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DO/PE) anteriores à Reforma de 1971, e também das publicações de um periódico local de grande circulação no estado, em geral, articulado com os interesses do governo. É a partir dessa análise que defendemos que neste cenário, a “reforma” se iniciou antes da Reforma de 1971.

Ainda que isto não apareça de forma explícita, para alguns autores que se dedicaram a estudar a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, a exemplo de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes, a estrutura educacional Primária e Média brasileira não foi reformada tão somente a partir da publicação da Lei 5.692/71, mas foi gradativamente montada, em alguns aspectos, bem anteriormente a 1971. Neste capítulo, discutiremos um pouco mais sobre como esse processo se deu em nível local, observando como o discurso político foi se articulando no sentido de promover a Reforma de 1971 no estado.

O processo que antecede a Reforma de 1971, tanto em nível local, quanto em nível nacional, passa sempre pelo discurso utilitarista da Educação, baseado em um programa que os agentes do Regime, estrategicamente, sempre fizeram questão de chamar de caminho para o progresso. Como coloca Fonseca (2009), os planos voltados para a Educação foram pensados exclusivamente de acordo com o programa estratégico de crescimento econômico estabelecido pelos militares. Neste sentido, este mesmo “(...) programa tinha como principal objetivo sistematizar as principais realizações projetadas para o período, difundindo a ideologia de que o Brasil poderia vir a ser uma grande potência” (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994, p. 245).

Com isso, sob a perspectiva da promessa de prosperidade, o Regime procurou promover uma imagem de Educação cada vez mais desvinculada da formação da consciência crítica e, ao mesmo tempo, cada vez mais atrelada ao utilitarismo econômico, sobretudo para a formação de mão de obra. Para tanto, o Regime vai tentar impor, de uma forma não necessariamente forçada, mas por via da formação da consciência, o seu discurso disciplinador e utilitarista. Evidentemente, a Educação é campo estratégico para este projeto.

Essa formação de consciência (que aqui vamos nos deter especificamente a de que o controle social e o utilitarismo econômico trarão o progresso e, mesmo por isso, legitimaria o Regime) pode ser explicada por Foucault (1987, p. 164-165), quando coloca que “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e

diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que eleva o controle social sobre as pessoas, o Estado totalitário procurava aumentar suas utilidades para o mercado de trabalho, via de regra, em postos mais precarizados de produção.

Não é por acaso, neste sentido, que o discurso em favor da Reforma de 1971 vai ecoar fortemente entre os agentes do Regime e, em Pernambuco, este vai estar, segundo documentos que analisamos, absolutamente articulado entre a classe política que comandava o estado e o governo federal.

O discurso de que o progresso viria com segurança nacional e com a Educação voltada para o mundo do trabalho começou a ecoar no Brasil desde os primeiros dias que sucederam ao golpe civil-militar de março de 1964. No entanto, a intensificação deste discurso ficou bastante evidenciada nos anos que antecederam a Reforma de 1971, pois, como já colocamos anteriormente, a legitimação popular às políticas educacionais era parte fundamental do projeto estabelecido pelo Regime. Isto deixa claro que a “reforma” antes da Reforma ocorreu tanto nas políticas educacionais, quanto nos discursos.

Lembramos que nas primeiras páginas deste trabalho chamamos a atenção para o caráter seletivo e excludente da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Grau de 1971, dentre outras coisas, pelo fato de que a profissionalização compulsória do 2º grau e a consequente barreira criada entre o este mesmo 2º grau e o ensino universitário atingiu, em sua esmagadora maioria, as classes mais populares, pois como destaca Aranha (2006), na prática, as escolas das elites brasileiras continuaram a trabalhar o propedêutico e a preparação para o vestibular, enquanto que as escolas oficiais direcionavam seus alunos para o profissionalizante, minando as possibilidades de estes alunos alcançarem o 3º grau.

Como alerta Foucault (1996), o discurso atua não necessariamente no significado, mas, especialmente no imaginário de quem o recebe, tencionando sua melhor aceitação. Ou seja, o que se deve proferir é aquilo que seduz. Neste sentido, o discurso do progresso econômico e da virtude do trabalho se configurou como uma grande arma discursiva do Regime. Isto vai ficar evidenciado no processo que estamos chamando de “reforma” antes da Reforma em Pernambuco, onde a estratégia de formação de uma consciência que legitimasse a Reforma de 1971 ficou bastante evidente nos textos legais e nos de circulação de massa.

Em setembro de 1970, portanto, cerca de um ano antes da Reforma de 1971, uma publicação do DO/PE traz a clara intenção da classe política local que ocupava o poder em desqualificar o ensino propedêutico e pôr em prática o ensino exclusivamente profissionalizante.

A reforma do ensino primário e médio visa a extinguir do meio educacional o ensino acadêmico, já obsoleto às exigências do desenvolvimento industrial do Estado. A escola, dentro da dinâmica imposta pelo progresso, vai oferecer mão-de-obra necessária, dando uma nova visão dos processos educacionais. Ao lado dos estudos de conhecimentos gerais, o aluno aprenderá um ofício que lhe garantirá competir no mercado de trabalho. Atualmente, salvo os estudantes que têm o privilégio de conseguir matrícula nas Escolas Industriais, os alunos do curso Colegial são forçados a tentar uma vaga nas Universidades para conseguir firmar-se numa profissão (Diário Oficial, Pernambuco, 27 set. 1970).

A publicação do DO/PE traz em seu discurso a ideia de que só a formação de mão de obra traria o progresso. Progresso este que chegaria paralelamente ao desenvolvimento industrial do estado. Este apelo para a virtude do trabalho e o desejo implícito pelo progresso abriu a porta para a propagação do discurso local (que reproduzia o nacional) que defendia a profissionalização compulsória e a subtração das disciplinas gerais e humanísticas que viria com a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971. Neste sentido, “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Ao atingir então seu público alvo, este discurso gera, em tese, a sedução esperada, uma vez que atua no imaginário do receptor. Neste caso, a virtude do trabalho e o desejo pelo progresso.

Como podemos observar, a “reforma” antes da Reforma aconteceu nas políticas e nos discursos. A subtração dos conteúdos gerais e a iminente contenção do acesso ao ensino superior (que a Reforma de 1971 traria um ano mais tarde) se perdem de vista, em virtude do discurso progressista de formação de mão de obra.

Esse discurso utilitarista ecoava por toda parte do território nacional, articulado entre o centro administrativo e as classes políticas locais. “A qualidade educacional definia-se pelo objetivo de formar um cidadão capaz de participar eficazmente das atividades da produção” (FONSECA, 2009, p. 161). A análise dos documentos oficiais e dos periódicos de circulação de massa de Pernambuco, anteriores à Reforma de 1971 evidenciam que a Lei 5962/71 apenas consolidou uma reforma já em curso. Isto pode ser

percebido ao analisarmos o caso da criação de um colégio no Recife, no ano de 1970, que os agentes públicos denominaram de equipamento de ensino polivalente.

O Colégio Almirante Soares Dutra, localizado no Bairro de Santo Amaro, no Recife, foi construído para atender o projeto dito progressista do governo ditatorial, se configurando como equipamento que se encaixava, pelo menos na teoria, no que preconizava a Reforma de 1971. Neste sentido, os discursos dos agentes políticos federais e locais no contexto da inauguração deste equipamento educacional nos mostram como a reforma que transcorria no estado de Pernambuco e que antecipava a Reforma propriamente dita de um ano mais tarde estava articulada entre as duas esferas administrativas.

No discurso de inauguração do colégio, em 05 de outubro de 1970, o então vice-presidente da República, o Almirante Augusto Rademaker definiu que: “A finalidade deste estabelecimento – a de preparar jovens brasileiros para o trabalho privilegiado de construção de uma grande pátria – é compatível com os exemplos que nos legou o seu patrono” (Diário Oficial, Pernambuco, 06 out. 1970). Cabe ressaltar que, o Diário Oficial do Estado de Pernambuco abordou a inauguração do colégio como um dos destaques da edição daquela terça-feira, de 6 de outubro de 1970, como podemos ver na imagem retirada do respectivo periódico:

Imagem 01: Discurso de inauguração do Colégio Soares Dutra - por Augusto Rademaker



Fonte: Diário Oficial, Pernambuco, 06 out. 1970.

Como podemos observar, o discurso do progresso ou da “construção de uma grande pátria”, como colocou o Almirante Rademaker, traz o seu sentido e intencionalidade diretamente no significante, ou seja, no imaginário e no desejo que os receptores atribuirão ao discurso. Pois, como coloca Foucault (1996) o discurso está diretamente ligado ao desejo e, neste sentido, a ideia do progresso econômico manifesta esse poder que procura seduzir as massas. Em abril do mesmo ano, o jornal Diário de Pernambuco noticiou o andamento das obras do novo colégio. Em uma matéria com tons de entusiasmo, o periódico traz um trecho onde a Secretaria de Educação e Cultura do governo de Pernambuco coloca o novo educandário como parte de um projeto do governo estadual, que visava substituir os ginásios tradicionais em ginásios polivalentes orientados para o trabalho (os GOTs).

O novo estabelecimento de ensino, segundo informações do secretário Carlos Américo, está sendo construído para atender à programação da Secretaria de Educação e Cultura, ao estabelecer a criação dos Colégios Polivalentes, destinados ao ensino técnico-comercial.³

O texto publicado pelo Diário de Pernambuco mostra em termos práticos a materialização do discurso reformista que antecederá a Reforma de 1971. Em Pernambuco, inúmeras escolas tiveram seus ginásios modificados para atender a essa tendência utilitarista da Educação estabelecida pelo Regime. O fenômeno dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) representa essa tendência de transformação das escolas em bancos de formação de mão de obra. Sobre os GOTs trataremos no próximo tópico deste capítulo.

Ainda em novembro do ano anterior à Reforma de 1971, o vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, também ligado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Pernambuco esteve com representantes do Conselho Nacional de Educação para discutir a Reforma de 1971 que já estava sendo “providenciada” pelo MEC, conforme podemos observar no seguinte trecho do Diário Oficial do Estado:

(...) vice-presidente do Conselho Estadual de Educação e chefe da consultoria técnica da Secretaria de Educação e Cultura, regressou a esta capital após participar, no Rio de Janeiro, de reunião de todos os conselhos estaduais com o órgão congênere federal, e o principal assunto debatido foi a reforma do ensino primário e médio, que já está sendo providenciada pelo MEC (Diário Oficial, Pernambuco, 15 nov. 1970).

³DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Construção do Novo Colégio. Recife, 17 de abril de 1970. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Como podemos observar, “providenciada” foi uma expressão utilizado pelo próprio Diário Oficial, o que evidencia a unilateralidade do processo, onde os Conselhos Estaduais neste momento têm a mera função de cuidar da materialização da política centralizadora do Regime através do MEC dentro dos seus respectivos estados. Segundo Mathias (2004), enquanto a LDB de 1961 ainda tinha forças para atuar enquanto legislação máxima para Educação, os Conselhos Estaduais de Educação ainda tinha a função de fixar os princípios específicos da Educação nas regiões. No entanto, com a instalação da Ditadura Civil-Militar, estes conselhos passam a integrar um conjunto disciplinar comum a todos os estados do país. Neste sentido, o Conselho Estadual de Pernambuco foi um importante aliado do MEC para reformar a Educação Primária e Média do estado antes mesmo da Reforma de 1971.

2. 2 Pelo estabelecimento dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT's)

O estabelecimento dos Ginásios Orientados para Trabalho (GOTs) foi, talvez, uma das principais formas de materialização do discurso utilitarista de Educação proferido pelo governo estadual e que evidenciava não só a materialização da “reforma” antes da Reforma no estado, mas também à efetivação do controle do Regime sobre a classe política local. Primeiro porque preparou as bases para o 1º grau voltado para a formação de mão de obra estabelecido pela Lei nº 5962/71. Segundo porque o modelo “GOT” de escola sempre foi uma meta do governo da Ditadura Civil-Militar.

Em outubro de 1970, o Governo do estado de Pernambuco manifestou total apoio à antecipação da tendência profissional do estudante adolescente. Em publicação do DO/PE, que trata da já mencionada reunião entre o Conselho Federal de Educação e os respectivos conselhos estaduais, ocorrida em novembro do mesmo ano, o governo estadual afirmou que seu representante, o professor Sá Barreto iria:

(...) expor na reunião o pensamento do CEE de Pernambuco, concordando no essencial com o projeto de reforma do ensino brasileiro, que visa a fusão dos cursos primário e ginásial no Ensino Fundamental, objetivando, ao mesmo tempo, fixar com antecipação a tendência profissional do adolescente (Diário Oficial, Pernambuco, 30 out. 1970).

Conforme estamos constatando ao longo deste estudo e, como adiantamos já na introdução deste texto, uma das principais demandas do Regime com a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 foi o recrutamento de mão de obra para atender ao

programa de industrialização do governo. Para tanto, um dos instrumentos utilizados nesse processo foram os GOT's, que representa a materialização do discurso e do projeto utilitarista e dito progressista do Estado para a Educação.

Cunha (1989) explica a dinâmica dos GOTs, mostrando como esta etapa do ensino, através da “sondagem de aptidões”, do aumento das disciplinas vocacionais e, conseqüentemente, da diminuição das chamadas disciplinas gerais, se direcionava para uma expressa formação de recrutamento de mão de obra:

Nas duas primeiras séries do antigo ginásial predominavam as disciplinas de caráter geral, ao lado de disciplinas vocacionais, destinadas a sondar aptidões: artes industriais ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde o ginásio se localizasse. Nas duas últimas séries, aumentava a carga horária destinada às disciplinas vocacionais (CUNHA, 1989, p. 62).

Documentos do Diário Oficial do Estado de Pernambuco mostram, sempre trazendo um discurso de entusiasmo, como o processo de transformação dos ginásios tradicionais em GOTs ocorreu de forma articulada e rápida, se configurando como prioridade no interior da classe política pernambucana. Em 27 de outubro de 1970, o DO/PE publicou:

As primeiras providências a serem tomadas para a transformação dos ginásios tradicionais em ginásios orientados para o trabalho (GOT) serão discutidas quinta-feira próxima [29/10/1970], às 16h, na Secretaria de Educação e Cultura [...]. Os primeiros ginásios tradicionais a serem transformados, de acordo com as necessidades dos locais onde estejam situados, serão fixados nessa reunião” (Diário Oficial, Pernambuco, 27 out. 1970).

Para Cunha (1989), o ensino profissionalizante foi um dos anseios mais ambiciosos da política educacional do Regime. Segundo ele, uma das principais estratégias desse projeto foi a multiplicação dos GOTs. Aproximadamente 600 equipamentos desse tipo foram construídos no Brasil no período. No cenário pernambucano, além das construções, as transformações dos ginásios regulares em GOTs ganharam forma acelerada às vésperas da Reforma de 1971. O formato que o GOT assumia, quase que equiparado ao que viria a ser o segundo ciclo do ensino de 1º Grau após a Reforma de 1971, evidencia que as investidas do Regime, no sentido de preparar os estados federados para a Reforma de 1971, foram bem sucedidas neste sentido.

Segundo Mathias (2004), o presidente Médici uniu o discurso base do ensino dos presidentes anteriores a ele, Castelo Branco (a “ordem”) e Costa e Silva (o

“desenvolvimento”), criando o discurso do “desenvolvimento acelerado e sustentado”. Para a autora, isto “(...) significa, no campo psicossocial, prioridade para a educação de mão de obra” (MATHIAS, 2004, p. 171). Isso nos possibilita afirmar que a perspectiva do controle através da Educação e da formação para o trabalho, que culminou na Reforma de 1971, não teve seu início com Médici, mas ganhou, com ele, seu ponto máximo.

Em 10 de março de 1970, em discurso à Escola Superior de Guerra, na Guanabara, ainda no início do seu mandato, portanto, antes da Reforma de 1971, Médici já utilizava o discurso da alfabetização, para de forma entusiasmada, legitimar sua política de recrutamento de mão de obra por via dos GOTs. “Dentro em breve estaremos realizando uma grande campanha de alfabetização e iniciando as obras de construção, em diferentes partes do território nacional, de mais de duas dezenas de ginásios voltados para o trabalho” (Médici, 1971, p. 79).

O que Médici enfatizava em âmbito nacional, a classe política de Pernambuco reproduzia em cenário local, fazendo com que os GOTs preparassem as bases locais para a emergência, com o advento da Reforma de 1971, do 1º Grau recrutador de pequenos futuros trabalhadores. Essa força articulada entre centro e conjunto atendia aos preceitos da doutrina da segurança nacional. “Ao mesmo tempo descentralizada e controladora, privilegiava a organização formal e recusava o conflito ideológico e a intervenção de grupos informais nas instituições educativas” (FONSECA, 2009, p. 160).

No contexto dessa articulação entre os agentes políticos federais e locais, que unia o discurso em torno do projeto utilitarista e de controle social que condizia a “reforma” antes da Reforma, a defesa dos ginásios formadores de mão de obra era a tônica do discurso da Secretaria Estadual de Educação e Cultura entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970. Isso pode ser mais uma vez evidenciado a partir do discurso trazido no DO/PE, de janeiro de 1971:

Para que se atinja o objetivo do ensino integrado, haverá plena inter-relação entre os departamentos de Educação Média [ginásial e colegial] e de Educação Primária, promovendo-se a fusão dos dois graus de ensino de acordo com a filosofia dos ginásios orientado para o trabalho – GOT (Diário Oficial, Pernambuco, 07 jan. 1971).

Essa movimentação em volta do ensino básico por parte do Regime evidencia não apenas que a Reforma de 1971 veio para tornar institucional um projeto já em vigor e

executado pelo governo, mas também, reforça a tese de que o Regime se utilizou dos estados federados para exercer o seu controle através da Educação, pondo em prática uma “reforma” que começou bem antes da Reforma de 1971. Em Pernambuco, o projeto GOTs, pode ser pensado como um dos principais elementos que sustentam a nossa ideia de “reforma” antes da Reforma. Ou seja, todas as bases foram sutilmente preparadas para receberem o que estabelecia a Lei nº 5.692/71, tanto do ponto de vista jurídico, quanto do ponto de vista estrutural.

O que Luiz Antônio Cunha traz em seu trabalho a respeito dos GOTs corrobora com o que estamos colocando quando chamamos a atenção para a ideia de “reforma” antes da Reforma. Segundo ele, “cerca de 600 ginásios desse tipo foram construídos no Brasil [...]. E foram assimilados pela Reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971 (lei 5.692) como se tivessem sido feitos sob medida para o segundo segmento do 1º grau” (CUNHA, 1989, p. 62). Certamente estes equipamentos educacionais de recrutamento foram feitos sob medida para a Reforma de 1971.

De fato a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, aproveitou toda essa organização dos ginásios orientados e nela sentou o segundo ciclo (os últimos quatro anos) do seu 1º Grau. O que a Reforma de 1971 acrescentaria com o intuito de complementar a profissionalização dos estudantes, foi a transformação do ensino colegial em um 2º Grau compulsoriamente profissionalizante, que obrigava o aluno a escolher uma área para profissionalização, o que praticamente minava qualquer possibilidade de continuidade de seus estudos em uma universidade.

Nesse sentido, a tese de uma “reforma” antes da Reforma, ou seja, de uma reformulação que preparava todas as bases dos sistemas e das estruturas educacionais dos estados federados para a implementação da Reforma de 1971, se aplica perfeitamente ao cenário do estado de Pernambuco. Isso pode ser observado, seja pela forma como se discorre o discurso político, seja pela elaboração das bases legais para atender às demandas nacionais, seja pela reestruturação dos equipamentos para se adequarem ao projeto político centralizador por intermédio da Educação. A “reforma” que se deu em Pernambuco para preparar essas bases para a Reforma de 1971 foi, não apenas uma estratégia, mas uma forma que o Regime utilizou para materializar o seu controle sobre o os estados federados.

CAPÍTULO III

A REFORMA DO ENSINO DE 1º E DE 2º GRAUS: ENTRE O DISCURSO POLÍTICO DO REGIME CIVIL-MILITAR E AS PRÁTICAS LOCAIS NO CENÁRIO DE PERNAMBUCO

Neste capítulo, discutiremos sobre como o projeto político local, tanto no âmbito da administração estadual, quanto da administração municipal, dialogava com o discurso do governo civil-militar no contexto da Reforma de 1971. Para tanto, analisamos os discursos do então presidente Emílio Garrastazu Médici, que sancionou a Lei nº 5.692/71, que estabelece a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus; do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, e do prefeito da cidade do Recife, Augusto Lucena, ambos no poder no período de implementação da Reforma de 1971.

Como já adiantamos nos capítulos anteriores deste texto, o Regime, enquanto estratégia de estabelecer seu controle administrativo sobre o conjunto dos estados federados e sobre suas capitais, procurou escolher de acordo com seus interesses os governadores dos estados federados e os prefeitos das suas respectivas capitais. Após golpe civil-militar de 31 de março de 1964, o processo de substituição dos governadores e prefeitos eleitos pelo voto popular se deu logo no amanhecer do Estado totalitário.

No cenário de Pernambuco e de sua capital, Recife, esse processo ocorreu com extrema velocidade, ainda que não fosse encontrada, com base na legislação vigente, qualquer fundamentação legal que justificasse a deposição dos chefes do poder executivo tanto do estado, quanto do município. Segundo Coelho (2004), em Pernambuco, apesar da abertura de inquéritos em inúmeras repartições, em grande parte dos casos, compostas por pessoas que atuavam sob forte pressão dos agentes do Regime, nada foi provado à época contra as pessoas depostas.

Após esse processo de deposições, prisões e exílios, o Regime, de forma articulada, procurou e, em muitos casos, conseguiu escolher os governantes locais, indicando e movendo agentes políticos como se movesse peças de um tabuleiro de xadrez. Entretanto, diríamos que neste caso, as peças tinham interesses próprios e comuns aos dos agentes da Ditadura Civil-Militar. Mesmo por isso, a articulação em torno do domínio da Educação

se deu no âmbito das três esferas administrativas e o discurso do projeto progressista ecoava por todo Brasil.

3.1 O discurso do progresso e a Educação utilitarista proposta por Médici

Ao tomar posse como Presidente da República, em 30 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, em seu discurso, traçou os planos do seu governo, trazendo como principais elementos o discurso da reconstrução da ordem e do progresso econômico do país, baseado no princípio do “desenvolvimento acelerado e sustentado”, o que passava estreitamente pela Educação para a formação de mão de obra.

Médici não fugiu, em sua essência, ao discurso dos dois presidentes militares anteriores. Tanto o discurso da ordem, ponto chave do governo de Castelo Branco, quanto o do desenvolvimento, mais proferido por Costa e Silva, aparecem no discurso de Médici, já no ato de sua posse, em outubro de 1969.

Homem da caserna, creio nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando. E creio nas messes do planejamento sistematizado, na convergência de ações, no estabelecimento das prioridades. (...) Nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura.⁴

A disciplina e a formação de mão de obra, prerrogativa do governo dos militares para o crescimento econômico acelerado, foi uma tônica do discurso de Médici ao longo do seu governo. Para tanto, a Educação foi para Médici, assim como para os seus antecessores, um lugar de forte controle político. Aliás, se a Educação estava no centro do projeto político do Regime desde a tomada do poder em 1964, com Médici este campo se tornou de extrema prioridade, o que pode ser observado tanto nos seus discursos, quanto em suas políticas. Isto, pois, para os militares, “a educação sempre foi palco de preocupações dos governantes, fazendo delas reflexos de seus objetivos políticos” (MATHIAS, 2004, p. 162). Aqui nos deteremos à Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971.

O governo Médici tratou então de reuniu as bases e os valores para uma Educação Primária e Média pautada na ideia do utilitarismo econômico, já iniciados nos dois governos militares anteriores.

⁴Discurso de posse do presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. Proferido em 30 de outubro de 1969.

Tais valores [utilitaristas] que serviam ao pragmatismo do projeto governamental, passaram a constituir referência para a qualidade do ensino público: a formação de um homem útil e disciplinado para um Estado que se queria moderno, industrial e nacionalista (FONSECA, 2009, 157).

Nesse cenário, o discurso do progresso, do crescimento econômico e da prosperidade da sociedade civil ecoava não apenas pelo Governo, mas também através do próprio chefe do executivo. Com isso o discurso atuava como diz Foucault (1996) no imaginário daqueles que esperavam por dias melhores. Neste sentido, a propaganda discursiva dos pronunciamentos de Médici gerava um efeito esperado na sociedade, a expectativa de prosperidade e, conseqüentemente, melhores condições de vida. É o discurso de que o bem-estar social só é possível após a efetivação do crescimento econômico, não importando, em princípio, os meios para se alcançar este crescimento. Este tipo de discurso pode ser observado na fala do próprio presidente:

A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos dias, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo (...). Recorre, por isso mesmo, a Revolução de Março ao progresso econômico como instrumento imprescindível para a modelação da sociedade que está construindo com inigualável tenacidade, patriotismo e clarividência, na certeza de que sem a aceleração do desenvolvimento não se poderá estabelecer, embases satisfatórias, a concórdia e a tranqüilidade sociais (MÉDICI, 1971, p. 48).

Talvez este tipo de discurso justificasse o efeito desigual que a política educacional do governo Médici voltada para o trabalho causou na sociedade brasileira. Como já colocamos em outras oportunidades neste trabalho de pesquisa, a política de Educação para a formação de mão de obra estabelecida pela nº 5.692/71, que estabelece a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971, sancionada pelo próprio Médici, foi extremamente desigual, à medida que impôs compulsoriamente a profissionalização do ensino às crianças e adolescente estudantes das escolas públicas oficiais, ao mesmo tempo em que favoreceu a continuidade dos estudos aos estudantes das escolas privadas (muitas delas financiadas pelo próprio Estado), pois estas não subtraíram os chamados conteúdos gerais.

As escolas particulares, voltadas para o ensino da elite ou para a escolarização a qualquer preço das crianças e jovens que não foram atendidos pela escola pública, nem mesmo se preocuparam em vestir a máscara da ‘orientação para o trabalho’ no ensino de 1º grau. Fizeram de conta (ou assumiram mesmo) que todos os alunos tinham capacidade para o ‘aprofundamento nos estudos gerais’ e estavam interessados nisso (CUNHA, 1989, p. 62-63).

Este caráter desigual que a Reforma de 1971 trouxe, tanto no ensino de 1º grau, com a orientação para o trabalho, quanto no 2º grau, com a compulsoriedade do ensino

profissionalizante, se contradiz com o próprio discurso de Médici, quando afirma que o crescimento econômico baseado na formação de mão de obra não viria com o favorecimento de determinada classe social em detrimento de outra, como podemos observar em sua fala:

Estimulando, pois, as iniciativas que possam gerar riquezas, não quer o poder público proteger este ou aquele grupo financeiro ou econômico, em detrimento do interesse geral. Pretende, isto sim, incrementar o crescimento da economia, a fim de suscitar estado de coisas, que possibilite, com a elevação do nível de vida, amenizar as misérias sociais (MÉDICI, 1971, p. 48).

O discurso de que a virtude do trabalho seria a redenção da sociedade brasileira ecoaram nos debates políticos nacionais e locais, como veremos no próximo tópico deste texto. Se há uma força institucional investida em rejeitar/separar o discurso que se julga incoerente e difundir o que se julga verdadeiro, como afirma Foucault (1996), os agentes do Regime assim fizeram, de forma bastante articulada, para legitimar a Reforma de 1971 e as desigualdades geradas no processo.

Segundo Germano (1990), no cenário da implantação da Lei 5.692/71, os próprios educadores legitimaram a referida Reforma de 1971, ainda que significativa parcela deles tenha se arrependido mais tarde. O professor Francisco das Chagas Pereira, que vivenciou o processo da Reforma, afirmou, 12 anos após a Lei 5.692/71:

Estávamos, na época, todos possuídos de messianismo, esta é que é a realidade. Vivíamos também no plano econômico uma época de euforia nacional, aquela época já hoje tão estigmatizada como período de milagre (PEREIRA, 1985, p. 113 apud GERMANO, 1990, p.230).

A prerrogativa do milagre econômico foi uma das grandes armas discursivas utilizadas pelo governo para legitimar a Reforma de 1971, tanto em nível nacional, quanto em nível local, no sentido de causar as impressões esperadas na sociedade para legitimar e impor a Reforma. Como coloca Foucault:

O discurso “longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica (...) [é] um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes [o desejo] (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

O autor chama atenção para o poder que o desejo tem no interior do discurso, mas ainda, na intencionalidade que ele carrega no sentido de atuar no imaginário dos agentes receptores. Em outras palavras, ele atua sensivelmente na estruturação do imaginário

social, uma vez que o poder do discurso não está necessariamente na parte física das palavras, mas no desejo que ele pode provocar naqueles para os quais o discurso foi proferido.

Médici foi um dos governantes militares que mais investiu na propaganda do projeto dito progressista de crescimento econômico que o Regime da Ditadura Civil-Militar tentou implantar. Em cada discurso, o milagre, o crescimento econômico e a industrialização se configuravam como tônica de um projeto que se pretendia legitimar.

Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz. (...) Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico.⁵

Tratava-se de um discurso que não era inédito, pois, de certa forma, tanto Castelo Branco, quanto Costa e Silva já haviam conduzido seus governos dentro dessa perspectiva, entretanto, ganhava agora contornos mais efusivos. Neste sentido, este projeto, que ganhou notadamente maior intensidade durante o governo Médici, demandava o aumento da produção industrial e, mesmo por isso, o Estado tomou a Educação, especialmente a Educação pública destinada às crianças e adolescentes das classes populares, como banco de formação de mão de obra. Como coloca Fonseca (2009), tratava-se de um projeto (utilitarista) que demandava a preparação de indivíduos aptos à produção e ao consumo, sobretudo no ensino público oficial.

Enquanto política educacional que estabeleceria bases legais para um projeto de Educação já em curso, a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 consolidaria o controle sobre a Educação Primária e Média. Conforme já colocamos, esta não encontrou qualquer dificuldade para ser aprovada. Enviada em caráter de urgência, a Lei 5692/71 foi aprovada em tempo recorde e sem qualquer veto sobre o projeto original do Governo Médici. Neste sentido Germano explica que:

O ante-projeto de Lei elaborado por uma comissão de notáveis, isto é, de intelectuais fieis ao Regime, acrescido de substitutivo do senador Aderbal Jurema – Relator da Comissão Mista do Congresso – que reforçava a proposta oficial, no tocante à profissionalização do ensino de 2º grau, foi recebido com

⁵Discurso de posse do presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. Proferido em 30 de outubro de 1969.

entusiasmo não somente pelos parlamentares da ARENA como do próprio MDB, enfim, pelo Congresso Nacional (GERMANO, 1990, p.230).

Germano (1990) elucida que o Governo Médici não encontrou dificuldades para aprovar (ou tornar legal) seu projeto de governo para a então Educação Primária e Média. Isto pode ser explicado por dois motivos: em primeiro lugar, pelo fato de se tratar de uma reforma que na prática já estava ocorrendo, antes mesmo da promulgação da Lei 5.692/71. Em segundo lugar, porque havia para isso uma forte articulação entre o governo federal e as classes políticas locais, caminho pelo qual o Regime buscou estabelecer seu controle sobre a Educação.

3.2 O discurso local: o utilitarismo ea propaganda progressista

Ao longo deste estudo, estamos procurando mostrar que, a efetivação do projeto do Regime da Ditadura Civil-Militar para Educação Primária e Média, destinada às crianças e adolescentes do ensino público só foi possível em virtude da articulação entre o poder central e as classes políticas locais. Em Pernambuco e, especialmente em sua capital Recife, conforme já vimos, esta articulação parece bastante clara. Neste tópico, abordaremos brevemente a questão a partir dos discursos dos chefes do poder executivo do governo estadual, Eraldo Gueiros Leite, e também do da sua capital, o prefeito Augusto Lucena.

Se por um lado, em nome do progresso, o utilitarismo econômico já estava se apropriando da Educação de Pernambuco e, sobretudo, de sua capital, conforme já discutimos no capítulo anterior, especialmente com a articulação da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco com o MEC, no sentido de criar as bases para a Reforma de 1971, antes mesmo da criação da Lei 5.692/71, e com a transformação dos ginásios tradicionais em GOT's (Ginásios Orientados para o Trabalho). Por outro lado, os governantes locais, tanto do governo do estado, quanto de sua capital, criavam ou reproduziam os discursos que fundamentavam a transformação da Educação de caráter geral em Educação utilitarista.

O discurso do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, no momento de sua posse, não fugiu ao que já havia sido preconizado pelo presidente Médici cerca de um ano e meio antes, em Brasília. A prerrogativa do progresso e do crescimento econômico também foi uma arma discursiva de convencimento e de construção do

imaginário social, tal como vinha sendo a do presidente Médici ao longo de seu governo. Caberia então aos governantes locais, fazer com que o Recife, bem como todo estado, assumisse também o papel de protagonista do desenvolvimento planejado pelo governo federal.

Porque, o desenvolvimento já não é um campo de observação para os brasileiros, mas um terreno de experimentação, formulação e realização concreta. (...) e porque Pernambuco não é, nem será, posteridade de fatos, idéias e homens, haveremos de encontrar solução definitiva para sua imperativa e nova destinação industrial; que combine a capacidade e o dinamismo do nosso empresariado às exigências de progresso tecnológico e de modernização das estruturas produtivas tradicionais.⁶

Nessa mesma perspectiva, Augusto da Silva Lucena, prefeito do Recife, indicado por Gueiros Leite, traz exatamente a mesmo discurso já proferido pelo homem que o indicou, trazendo também a ideia de uma cidade que exerceria um protagonismo no que se referia ao desenvolvimento e ao progresso e, tal como Médici, partindo do princípio de que o bem-estar social viria concomitantemente ao crescimento econômico. Para o prefeito que tomava posse pela segunda vez na prefeitura do Recife, naquele dia 06 de abril de 1971, sua gestão deveria ter:

[o] objetivo de nivelar o nosso progresso aos das maiores cidades brasileiras, em benefício do imenso aglomerado metropolitano do Recife. (...) com a indispensável ajuda de V. Exceias. e a confiança dos recifenses, poderemos realizar conjuntamente essa grande obra de desenvolvimento, progresso e bem-estar.⁷

Como podemos observar, ambos os discursos caminhavam no sentido do que Foucault (1996) explica como instrumento de desejo, uma vez que a ideia de que o progresso e o desenvolvimento traria o bem-estar, tal como os governantes das três esferas administrativa pregavam, gerava um imaginário social que reafirmava as políticas do Regime, também nas três esferas. Neste sentido, no campo da Educação, enquanto meio utilizado como caminho de materialização do projeto de governo, legitimado pela euforia do milagre e justificado pela prerrogativa do progresso e do desenvolvimento, o projeto para Ensino Primário e de Grau Médio subtraía fortemente a capacidade de criar e de argumentar dos estudantes.

Nesse sentido, a perspectiva utilitarista de Educação, profundamente intensificada pelo regime civil-militar:

⁶Discurso de posse do governador do Recife, Eraldo Gueiros Leite. Proferido em 15 de março de 1971. In:PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 16 de março de 1971.

⁷Discurso de posse do prefeito do Recife, Augusto da Silva Lucena. Proferido em 05 de abril de 1971. In:PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 06 de abril de 1971.

Afastou-se também, da proposta dos intelectuais do ISEB, no que se refere ao seu papel de abrir a percepção do educando para compreender e fazer frente às condições políticas e ideológicas com que se defronta como estudante e como futuro trabalhador (FONSECA, 2009, p. 160).

Isso talvez explique o porquê do projeto de orientação para o trabalho e de profissionalização brasileira para geração de mão de obra não tenha ocorrido à parte da estrutura educacional. Pois, este projeto, ao mesmo tempo em que se buscava o recurso humano necessário ao programa de industrialização e crescimento econômico, atuava na formação da consciência, que visava anular qualquer conflito ideológico.

Neste sentido, para o Regime sempre foi conveniente atrelar a Educação ao projeto de desenvolvimento. O governador Eraldo Gueiros Leite, em seu discurso de posse, demonstrou preocupação em manter essa relação firme durante o seu mandato ao afirmar:

Colocamos em igual importância tanto o vigiar para que o utilitarismo desenvolvimentista não refaça a ênfase na Educação (...), quanto o planejar para a maioria do sistema de qualificação profissional e técnica para a eficiência das atividades produtivas.⁸

Cunha (1989) explica que com a implantação da Reforma de 1971, “(...) a profissionalização dava aos pedagogos da ‘revolução’ a resposta para a pergunta sobre a articulação entre a escola e o desenvolvimento” (p. 67). Questões que deveriam estar, segundo a perspectiva da Lei 5.692/71, absolutamente interligadas, e foi o que foi posto, pelo menos no campo das ideias, pelos Agentes da Ditadura Civil-Militar.

Não foi por acaso que o Regime interferiu na escolha de praticamente todos os governantes do poder executivo dos estados federados, bem como de suas capitais. Também não foi por acaso que Pernambuco, por tudo que envolvia o estado, tenha sido um centro que merecesse atenção por parte do Regime. A Ditadura Civil-Militar, no campo político, deve ser entendida a partir de arranjos e articulações complexas, arranjos estes que a classe política de Pernambuco, interessada em ocupar o poder no estado, não deixou de participar.

Conforme já discutimos neste trabalho, uma das formas de estabelecer o controle na estrutura dos arranjos firmados foi alinhar os discursos locais com o discurso central do Regime. Neste sentido, o discurso da moralidade, do controle social, do desenvolvimento

⁸Discurso de posse do governador do Recife, Eraldo Gueiros Leite. Proferido em 15 de março de 1971. In:PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 16 de março de 1971.

e do crescimento econômico, deveriam estar bem articulados entre as esferas. O que, pela breve análise que fizemos neste estudo, parece ter acontecido, pelo menos nos discursos oficiais.

É absolutamente evidente que o mesmo projeto de governo baseado no controle e no utilitarismo econômico aparece, de forma sistematizada, tanto nas falas do presidente Médici, quanto nas falas do governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, e do prefeito do Recife, Augusto Lucena. Todos Esses governantes ocupavam o poder quando a Lei 5.692/71 foi implantada. Esta lei foi criada não apenas para fixar diretrizes e bases para a Educação nacional, mas, sobretudo para tornar legítima uma Reforma que já estava em curso, e que se materializava do centro administrativo do Regime para os estados federados e suas respectivas capitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos discutir sobre como a classe política do estado de Pernambuco empreendeu a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 enquanto projeto de Educação Primária e Média no Recife. Para tanto, procuramos sistematizar o estudo em três etapas que nortearam o objetivo principal do trabalho.

Inicialmente procuramos fazer uma leitura do cenário onde foi implantada a Lei 5.692/71, que estabeleceu a Reforma Educacional de 1971 no Brasil. Posteriormente, verificamos, a partir do discurso político, tanto da esfera administrativa estadual, quanto da municipal, como a Reforma de 1971 foi recebida no contexto local da cidade do Recife. Por fim, procuramos identificar, a partir dos discursos de posse do governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, e do prefeito da cidade do Recife, Augusto Lucena, como estes governantes dialogavam com o poder central, no contexto da implantação da Reforma de 1971. Para tanto analisamos também discursos do presidente Médici.

Se no cenário nacional, a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 não encontrou qualquer dificuldade para ser aprovada, esta também foi uma matéria de fácil materialização no cenário pernambucano. A classe política local que ocupava o poder, liderada nas duas esferas administrativas por agentes políticos indicados pelo Regime, não ofereceram resistência. Pelo contrário, procuraram atender o mais breve possível todas as imposições vindas do governo federal.

Ao término desta etapa do estudo, que demanda ainda maior aprofundamento, confirmamos a hipótese de que no cenário político do Recife, tanto no âmbito da administração municipal, quanto na administração estadual, as bases para a Reforma Educacional de 1971, de fato, começaram a ser montadas antes mesmo da Reforma ser criada, o que facilitou o seu processo de implantação sobre a Educação Primária e Média da cidade. Fato que ajuda a explicar os motivos pelos quais a Reforma de 1971 ter sido tão bem recebida pela classe política local no contexto de sua implementação.

Documentos do período mostraram que com a instalação do Regime, o governo buscou estabelecer seu controle administrativo sobre os estados federados e, especialmente sobre suas capitais. A Educação, pelo lugar estratégico que ocupa na

estrutura do Estado, sempre foi uma das grandes preocupações. Entretanto, apesar de a historiografia mostrar que pela sua natureza de efervescência política, onde emergiram vários movimentos sociais na cidade e no campo, Pernambuco sempre ter despertado a atenção do Regime da Ditadura Civil-Militar, o controle sobre a Educação não foi algo que o Governo buscou exercer necessariamente pela força.

É importante ressaltar que esses arranjos políticos que possibilitaram ao poder central do governo civil-militar que se instalou no país em março de 1964 estabelecer seu forte controle sobre a classe política local, tanto no estado de Pernambuco, quanto em sua capital, demanda, em função de sua complexidade, uma pesquisa a parte, que aprofunde essa questão a fim de elucidar algumas lacunas ainda deixadas neste trabalho.

O fenômeno dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT's) foi uma das principais evidências que encontramos de que ao criar as bases para uma Educação Primária e Média voltada para a formação de mão de obra, o governo de Pernambuco empreendeu em nível local uma reforma que precedeu a Reforma de 1971. Mesmo por isso, este também é um fenômeno que precisa ser mais explorado pela historiografia da Educação.

Por fim, concluímos este trabalho afirmando que a História da Educação Primária e Média, bem como a da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 formam uma temática que precisa ser exaustivamente discutida pela História. Estes são fatos que trazem uma memória de um cenário onde as reformas educacionais objetivaram expressamente o recrutamento de mão de obra e a subtração dos conteúdos que favoreciam o pensamento político crítico. Ao mesmo tempo, acentuaram as desigualdades no processo, pois, enquanto as classes populares terminavam os estudos em um profissionalizante compulsório, as escolas das elites continuaram preparando seus alunos para o prosseguimento dos estudos no ensino superior.

Essa memória possibilita ainda pensar mais criticamente as reformas educacionais atuais que estão sendo empreendidas no Brasil. Algumas delas, pelo caráter tecnicista e seletiva, que propõem um exposto direcionamento profissionalizante para as classes mais populares, nos faz voltar na História, como se tivéssemos vivenciando uma nova Reforma de 1971.

REFERÊNCIAS

Artigos

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da Educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

FREIRE, Elaine Oliveira de Lima. Uma História Social do Movimento de Resistência a Ditadura Militar de Casa Amarela. *ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História: história, guerra e Paz*, Londrina, p. 1-8. 2005.

SILVA FILHO, Nivaldo Gerôncioda. O embate entre os movimentos sociais e o estado: a história de Pernambuco durante o Regime Militar (1964 – 1966). *X Encontro Nacional de História Oral: testemunhos, História e política*, Recife, 2010.

Documentos

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961.

_____. *Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus*. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971.

_____. *Presidente* (1969-1974: Emílio Garrastazu Médici). Discurso de Posse. Biblioteca da Presidência da República. Brasília, 30 out. 1969.

DIÁRIO DE *PERNAMBUCO*. Comércio fechado e carnaval na posse de Lucena. Recife, 04 de abril de 1971. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

_____. Construção do Nôvo Colégio. Recife, 17 de abril de 1970. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Discurso de posse do governador do Recife, Eraldo Gueiros Leite. Proferido em 15 de março de 1971. In: *PERNAMBUCO. Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 16 de março de 1971.

Discurso de posse do prefeito do Recife, Augusto da Silva Lucena. Proferido em 05 de abril de 1971. In:PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 06 de abril de 1971.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 6 de abril de 1971.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 27 de setembro de 1970.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 15 de novembro de 1970.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 6 de abril de 1971.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 30 de outubro de 1970.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 27 de outubro de 1970.

_____. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 07 de janeiro de 1970.

Livros, teses e dissertações

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

COELHO, Fernando Vasconcellos. *Direita Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964/1985): um estudo sobre a política educacional*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

JÚNIOR, José Ferreira de Lima. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: Uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da Burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação 1963-1990*. São Paul: UNESP, 2004.

NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luisa; XAVIER, Maria Elizabete. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

PINHEIRO, Cláudio. *Educação e Ditadura Militar: relato da história oficial e a memória dos professores (1964-1985)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, Universidade Metodista de São Paulo, são Bernardo do Campo, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.